

Psicodrama e novos paradigmas das ciências: Uma integração atual e necessária

Liana Fortunato Costa^{1*} , Marlene Magnabosco Marra¹ 

RESUMO

O objetivo deste texto é construir uma discussão reflexiva sobre a interface epistemológica entre o Psicodrama, a Perspectiva Sistêmica, a Interseccionalidade e o Construcionismo Social. Pretende-se oferecer apoio teórico e reflexivo a profissionais e estudantes das ciências sociais e humanas, convidando-os a integrar teoria, prática e postura profissional ao longo de sua formação. As interações humanas e as subjetividades exemplificam a impossibilidade de que métodos lineares, baseados em relações de causa e efeito, apreendam a complexidade e a amplitude desse universo. Faz-se necessário que os centros formadores de profissionais das ciências humanas e sociais tenham como referência uma compreensão das relações humanas fundamentada nos paradigmas da intersubjetividade, da complexidade e da historicidade.

PALAVRAS-CHAVE: Psicodrama; Perspectiva sistêmica; Interseccionalidade; Construcionismo social.

Psychodrama and new paradigms of science: A current and necessary integration

ABSTRACT

The aim of this text is to develop a reflective discussion on the epistemological interface between Psychodrama, the Systemic Perspective, Intersectionality, and Social Constructionism. It seeks to provide theoretical and reflective support for professionals and students in the social sciences and humanities, inviting them to integrate theory, practice, and professional stance throughout their training. Human interactions and subjectivities exemplify the impossibility of linear methods based on cause-and-effect relationships to fully apprehend the complexity and breadth of this universe. It is necessary for educational institutions that train professionals in the social sciences and humanities to adopt an understanding of human relationships grounded in the paradigms of intersubjectivity, complexity, and historicity.

KEYWORDS: Psychodrama; Systemic perspective; Intersectionality; Social constructionism.

Psicodrama y nuevos paradigmas de la ciencia: Una integración actual y necesaria

RESUMEN

El objetivo de este texto es desarrollar una discusión reflexiva sobre la interfaz epistemológica entre el Psicodrama, la Perspectiva Sistémica, la Interseccionalidad y el Construccinismo Social. Se busca ofrecer apoyo teórico y reflexivo a profesionales y estudiantes de las ciencias sociales y humanidades, invitándolos a integrar la teoría, la práctica y la postura profesional a lo largo de su formación. Las interacciones humanas y las subjetividades ejemplifican la imposibilidad de que los métodos lineales, basados en relaciones de causa y efecto, permitan comprender plenamente la complejidad y la amplitud de este universo. Es necesario que los centros de formación de profesionales de las ciencias sociales y humanidades adopten una comprensión de las relaciones humanas fundamentada en los paradigmas de la intersubjetividad, la complejidad y la historicidad.

PALABRAS CLAVE: Psicodrama; Perspectiva sistémica; Interseccionalidad; Construccinismo social.

1. Universidade de Brasília  – Instituto de Psicologia – Programa de Pós graduação em Psicologia Clínica e Cultura – Brasília (DF), Brasil.

*Autora correspondente: lianaf@terra.com.br

Recebido: 29 mar. 2026 | Aceito: 28 ago. 2026

Editora de seção: Érico Douglas Vieira 

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é construir uma discussão reflexiva sobre a interface epistemológica entre o psicodrama, a perspectiva sistêmica, a interseccionalidade e o construcionismo social. Esse objetivo está intrinsecamente ligado a uma posição de Edgar Morin, que apresenta uma deficiência dos velhos métodos de compreensão da relação humana, cuja base é a perspectiva separatista dos sujeitos, dos objetos de pesquisa apartados de seus contextos, da defesa de uma invisibilidade da cultura e da afetividade e da ausência do espírito que permeia todas as circunstâncias que se pretende conhecer (*apud* Alves & Seminotti, 2006). O conhecimento a ser assumido hoje não pode estar distanciado nem isento das incertezas e dos paradoxos que caracterizam nosso mundo atualmente.

O pensamento complexo (Alves & Seminotti, 2006) é aquele que contém dificuldades, ou o que oferece dificuldades para sua compreensão. Os problemas humanos/sociais de nossos tempos, nas diferentes áreas de atuação — clínica, social, escolar, organizacional, saúde —, apresentam aspectos contraditórios, travestidos de novas aparências, requerendo conhecimento e possíveis soluções que contemplem a percepção dessa complexidade, e da influência do contexto no qual estão inseridos. O reconhecimento dessas dimensões aumenta a possibilidade de novas compreensões e encaminhamentos mais eficazes para a diminuição do sofrimento humano presente nos conflitos.

Ainda está presente uma fase de transição paradigmática, da ciência moderna para a ciência pós-moderna (Santos, 2008), e a universidade atual (e outros institutos de formação), como centro de produção de conhecimento, deve poder refletir esse caminho evolutivo paradigmático. Trata-se de um momento muito rico para os núcleos de pesquisa, apontando para novas direções envolvendo relações humanas. Estão na pauta da curiosidade de pesquisadores temas vinculados a determinados problemas ou áreas que antes não dispunham de metodologias para dar conta de um *design* possível no exame dos conflitos interacionais, em diferentes contextos, como, por exemplo, o da educação (Oliveira & Charreu, 2016). Determinados comportamentos ou condições sociais somente podem vir a ser mais bem compreendidos à medida que são pesquisados por métodos que privilegiem as comunicações humanas em suas contradições e sutilezas não verbais (McNamee et al., 2024). Afinal, tudo que é individual é também social, abarcando um pressuposto da interdependência entre o social e o psíquico (Carvalho et al., 2025).

O PSICODRAMA

O método psicodramático, por sua epistemologia relacional, permite acolher todas as mudanças paradigmáticas ocorridas desde o século passado, possibilitando a integração de paradigmas emergentes que dialoguem entre si, enriquecendo e atualizando o conhecimento (Benzaquen, 2012; Bomfim et al., 2019; Carvalho et al., 2025; Crenshaw, 2002; Moreno, 2020; Seikkula & Trimble, 2005).

Moreno (2020) define o psicodrama como o método que penetra a verdade da alma por meio da ação, apontando que na psicologia ou na medicina as questões científicas (principalmente no século passado) foram tratadas de forma linear e causal: não há moléstias fora do indivíduo. Essa concepção equivale a dizer que, para o indivíduo, aquilo que está fora dele não precisa ser considerado nem reconhecido. Trata-se de um olhar desintegrado e fragmentado sobre a realidade na qual o sujeito se constitui, e ainda se considera que o sujeito é o único causador de seus problemas e conflitos. Em outras palavras, um paradigma de causa e efeito, com base no qual muito conhecimento em ciências humanas foi construído, mas que já não se mantém (Esteves de Vasconcellos, 2025).

Três aspectos sobressaem no alicerce da epistemologia psicodramática: espontaneidade, o conceito de *tele* e criatividade. A espontaneidade são a experiência livremente produzida pelo indivíduo e uma capacidade de enfrentar adequadamente cada nova situação. A *tele* é um complexo de sentimentos que atua promovendo atrações/rejeições entre uma pessoa e outra e que inclui os atributos próprios de cada pessoa, que são individuais e coletivos. O fator *tele* atua universalmente e está presente no sistema objetivo de inter-relações. A criatividade é o móvel da espontaneidade e do ato criador, que visa mudar

a realidade na qual se está inserido. Esses aspectos constituem referência para a compreensão da intersubjetividade como o fator preponderante na mudança das relações humanas, como se pretende realçar neste texto (Moreno, 2020).

Faz-se necessário o resgate do método psicodramático, que na perspectiva de seu criador (Moreno, 2020) aponta para o surgimento da ação metodológica da sociometria e do psicodrama como o momento do início da transição e, posteriormente, da reversão da culpabilização única do sujeito. Houve ainda o somatório das qualidades relacionais da psicoterapia de grupo, constituindo-se como um método de ação, quando as relações sociais são privilegiadas, e o sujeito é visto em suas relações pessoais/sociais, que são integradas e amalgamadas, em uma direção posta por Teresa Carreteiro recentemente, mais de meio século depois (Carvalho et al., 2025).

Juntamente com a psicoterapia de grupo, Moreno (2020) apresenta uma intervenção grupal com base na ação dramática, que se propõe revolucionar a perspectiva anterior de que em uma só pessoa se concentra o poder de estabelecer mudanças em si mesmo — o próprio sujeito. Também, as possibilidades dessas mudanças se concentram em uma só pessoa, que detém todo o poder para tal e dependem dela — o profissional. Essa intervenção grupal é o sociodrama, que muda a direção do agente terapêutico de um indivíduo para a relação grupal. Há, então, um novo sujeito em cena, o grupo, como o agente das mudanças.

Assim, o psicodrama, o sociodrama e a terapia de grupo reorientam as pessoas para a realidade de suas relações sociais enquanto método de ação transformativa. Como métodos de investigação, essas abordagens grupais apontam para a valorização das comunidades relacionais interpretativas, ampliando o escopo da percepção dos fenômenos sociais. O indivíduo existe em relação, sendo essa condição o paradigma de consideração e compreensão das ações, sentimentos e afetos humanos (McNamee et al., 2024; Santos, 2008; Esteves de Vasconcellos, 2025).

O método psicodramático (ser em ação) utilizado em intervenções da psicologia comunitária, com grupos de adolescentes/adultos, famílias, profissionais multiplicadores, estudantes, indica um enorme ganho de praticidade e visibilidade dos problemas/soluções advindos desse contexto, tornando-o mais descritivo e com mais fácil compreensão dos significados apreendidos e das realidades vivenciadas. Além disso, ocorre a clarificação das informações veiculadas de variadas formas. Esse aspecto adquire importância no contexto de pesquisa, porque diversifica o modo de comunicar e a recepção da informação, pois a ação compreende necessariamente mensagens verbais e não verbais. Desse modo, ao ampliar a compreensão da ação, incluem-se categorias de conceituação mais subjetivas na pesquisa (Osorio Cabrera et al., 2025).

A presença da dimensão espiritual do ser humano tem foco na proposta de Moreno (2020) com relação à psicoterapia de grupo e ao psicodrama, ao falar do homem (sujeito em ação) como um ser cósmico, muito além de um ser psicológico, biológico e natural. Pode-se também vislumbrar essa perspectiva espiritual na ênfase que é colocada pelo construcionismo social na construção ética dos diálogos humanos. A ética aqui é pensada como a ligação entre processos e discursos macro e microsociais, entre contextos com diferentes nuances e configurações humanas (McNamee et al., 2024).

O psicodrama ainda agrega uma dimensão de método de investigação, um método experimental para as ciências, possibilitando uma compreensão subjetiva e contextual mais ampliada, e todas essas concepções integradas receberam a denominação de teoria do cosmos (Moreno, 2020). Essa teoria trata de um sujeito cuja realidade inteira pode ser mais bem apreendida por seu pertencimento a círculos interdependentes de sociabilidade, e não por métodos de investigação dicotomizados, que percebem o sujeito em partes separadas e que somente apreendem uma dimensão concreta e objetiva. O método psicodramático, que é um método de ação, proporciona oportunidade para que as dimensões subjetivas sejam apreendidas nas interações/relações grupais, que de outra maneira não poderiam sê-lo, porque os instrumentos como aplicação de escalas, entrevista via formulário ou construção de perfis não apreendem a subjetividade (Esteves de Vasconcellos, 2025).

A pesquisa ação ou a pesquisa intervenção são propostas metodológicas que se coadunam com exemplos de produção de conhecimento interdependentes do microcontexto/cenário, do diretor/pesquisador, do sujeito/protagonista, do macrocontexto/plateia. Esses tipos de pesquisa oferecem simultaneidade de conhecimento sobre os sujeitos, suas relações políticas, sociais e afetivas, sem apartá-los do meio no qual desenvolvem suas subjetividades. Esse é um ponto de aproximação teórica e metodológica entre o psicodrama, a interseccionalidade, a perspectiva sistêmica e o construcionismo social

A ação psicodramática ampara e promove possibilidades de introduzir outras categorias de pesquisa além da fala, ampliando a compreensão do fenômeno. O método psicodramático deve ser tratado e reconhecido como o método do paradigma emergente, ao trazer as condições de criação de categorias de investigação. Santos (2008) indica que a universidade está em fase de transição paradigmática, da ciência moderna para a ciência pós-moderna, e que só sobreviverá se assumir essa nova condição epistemológica. Essas transformações terão de se dar no sentido das investigações cognitivo-experimentais para as investigações estético-expressivas. Além disso, há a compreensão de que a universidade pode participar de uma aproximação epistemológica da vida real com a vida científica (de la Rosa, 2020). Nesse ponto, o método psicodramático, ao revelar a alma na ação, amplia as questões estéticas, as questões expressivas e as subjetividades no conhecimento.

Benzaquen (2012) traz à discussão a criação de comunidades interpretativas, no dizer de Boaventura de Sousa Santos. O conhecimento só será estendido do seio das comunidades interpretativas, que são grupos de conversação nos quais todos os saberes são reconhecidos. A criação dessas comunidades precisa estar dentro e fora da universidade, com grupos legitimados pelo seu saber, independentemente da condição. A relação entre essas comunidades pode avançar do ponto em que estamos do conhecimento científico. Também McNamee et al. (2024), em tempos mais recentes, defendem que os grupos conversacionais constituem núcleos relacionais, legitimando saberes, sentimentos e percepções que são tanto comuns como individualizados. Essa legitimação apresenta interseção entre o psicodrama e o construcionismo social, ressaltando as qualidades coconstrutivas da conversação que se aliam à ação. Para ambas as correntes teóricas, há um aspecto que é comum, o pertencimento legítimo a um mesmo espaço relacional e conversacional.

Cabe uma reflexão sobre quando Moreno (2020) se refere à alma em ação, indicando o método psicodramático como a horizontalização e a facilitação de relações nessas comunidades interpretativas, porque a alma como a dimensão espiritual (teoria do cosmos) iguala, suplanta e ultrapassa as diferenças das personalidades e dos papéis sociais. O método psicodramático provoca uma catarse de ação, com seus vários instrumentos: cenário, protagonista, diretor, ego auxiliar, público. A questão é, ao se resgatar o pensamento complexo de Edgar Morin (*apud* Alves & Seminotti, 2006), de que forma esse método com suas características pode contribuir para uma ação que se situe em uma perspectiva de complementariedade, e não de exclusão?

O cenário fornece o espaço real e o virtual (Moreno, 2020), extremamente móvel, criando condições necessárias para que a complexidade das relações e subjetividades tenha possibilidades de expressão. O protagonista introduz a fala e a ação em complementariedade e concretiza as relações entre pessoas e coisas, conscientizando sua inserção social, micro ou macro. Na concretização da cena, a dimensão da pesquisa encontra a condição necessária para responder à curiosidade do pesquisador social. O diretor é também um investigador, um pesquisador, um *praticante reflexivo*, no dizer de Rapizo (2024). O ego auxiliar amplia as figuras reais ou simbólicas da vida, e o público funciona como uma caixa de ressonância, como uma presentificação da condição da vida, a dimensão macro inserida no micro. Em suma, Moreno (2020, p. 104) enfatiza que “o cenário aplaina o caminho para uma pesquisa e uma terapia viva, para o teste e treinamento de papéis, para a avaliação e discussão de situações”.

O psicodrama é reconhecidamente um construto teórico e metodológico. Esse reconhecimento dirige-se à integração com outros construtos teóricos que se aproximam da base epistemológica e são vistos em sua conexão de inteligibilidade mútua, ampliando as possibilidades de compreensão das questões humanas da atualidade. Neste texto, busca-se a aproximação com um olhar integrativo referente à perspectiva sistêmica, à interseccionalidade e ao construcionismo social. Essas abordagens teóricas constituem-se em conhecimento validado pela comunidade de saberes e podem ser igualadas em uma epistemologia comum. Todas identificam o ser humano em relação a outros seres humanos, pertencentes a uma comunidade planetária e conversacional.

A PERSPECTIVA SISTÊMICA

Segundo Esteves de Vasconcellos (2025), nas situações de interação entre pessoas e ambiente, “os seres humanos se comportam de acordo com as possibilidades contidas em suas estruturas e [...] as instruções apresentadas pelo meio ao ser vivo terão seu efeito dependentes dessas possibilidades” (Esteves de Vasconcellos, 2025, p. 73). Essa concepção indica que

nada deve ser meramente instrutivo e que cada ser humano carrega em si mesmo suas próprias condições de relacionamento com seu meio ambiente. Dessa interação, surgem os encaminhamentos de solução para suas questões. As transformações epistemológicas, sociais, culturais que caracterizam a contemporaneidade têm provocado profundas revisões nos modos de se produzir conhecimento em todas as áreas do saber humano (Esteves de Vasconcellos, 2025).

A epistemologia sistêmica, ora chamada de prática científica, ora de teoria científica (Esteves de Vasconcellos, 2025), surgiu como um marco paradigmático na ciência do século XX, propondo uma mudança profunda na forma de se compreender os fenômenos humanos. Em vez de analisar indivíduos, comportamentos ou sintomas de maneira isolada, a abordagem sistêmica passou a enxergar os fenômenos como parte interdependente de sistemas mais amplos, nos quais cada elemento só pode ser compreendido em relação ao todo. Uma contribuição de Gregory Bateson, indicando a necessária integração dos saberes da comunicação, da antropologia e da psicoterapia, foi decisiva para a consolidação de uma epistemologia sistêmica aplicada aos fenômenos humanos (Machado & Chaves, 2016).

Esses fundamentos influenciaram profundamente áreas como a biologia, a sociologia, a comunicação e, sobretudo, a psicologia e a terapia familiar. Na contemporaneidade, a perspectiva sistêmica expandiu-se e transformou-se, dialogando com teorias da complexidade, com o pensamento ecológico e com abordagens construcionistas e narrativistas.

Atualmente, compreende-se que os sistemas humanos são atravessados por múltiplos níveis — familiares, institucionais, comunitários, culturais e políticos (Costa et al., 2020). Além disso, há maior sensibilidade para temas como diversidade, desigualdade social, gênero, raça e vulnerabilidades, ampliando o olhar sistêmico para além da família nuclear e incluindo redes sociais, políticas públicas e estruturas institucionais. Nesse contexto, ganham destaque abordagens teóricas que enfatizam a interdependência, a contextualização e a construção relacional do conhecimento, entre as quais se destacam a interseccionalidade, como interseção entre gênero, raça e classe social (Collins, 2024), e o construcionismo social, com foco nas conversações (Marra, 2015; McNamee et al., 2024).

A epistemologia sistêmica refere-se à forma como o conhecimento é construído. O campo de trabalho clínico e psicossocial, com grupos, famílias e indivíduos, implica compreender que o conhecimento é construído nas relações, a realidade é complexa, dinâmica e mutável e o profissional faz parte do sistema e influencia o processo. Na perspectiva sistêmica, o foco não está no indivíduo isolado, mas nos padrões de interação, nos significados construídos nas relações e em como as mudanças em uma parte afetam o todo — sem o contexto, não há significado —, na concepção de Gregory Bateson (Machado & Chaves, 2016). A mente, nessa perspectiva, não está localizada no indivíduo, mas circula nos circuitos relacionais.

A ênfase psicodramática na espontaneidade e na criatividade dialoga diretamente com o pensamento sistêmico ao afirmar a possibilidade de transformação dos sistemas humanos quando novas respostas emergem em situações antigas ou quando se constroem respostas adequadas a situações novas (Moreno, 2020). Essa compreensão desloca a ação — e também a pesquisa — do lugar de correção ou ajuste para o de criação de condições relacionais que ampliam o reconhecimento de novas possibilidades. No contexto da pesquisa, o pensamento sistêmico inspira metodologias que valorizam a experiência, o encontro e a participação ativa dos sujeitos, reconhecendo-os como coautores do conhecimento produzido, assim como no psicodrama.

As contribuições contemporâneas reafirmam que pensar sistemicamente é reconhecer a complexidade, a interdependência e a dimensão ética dos encontros e das conversações humanas (Gergen, 2016; McNamee et al., 2024; Moreno, 2020; Esteves de Vasconcellos, 2025). Em um mundo cada vez mais interligado e atravessado por crises múltiplas, o pensamento sistêmico não é apenas uma abordagem teórica, mas uma necessidade epistemológica e prática para a atuação dos profissionais das ciências humanas e sociais na contemporaneidade.

Vive-se um tempo marcado por hiperconectividade, mudanças nas configurações dos grupos de pertencimento, intensificação das relações nas redes digitais e instabilidade socioeconômica. A perspectiva sistêmica mostra-se especialmente pertinente, porque reconhece a interdependência entre sujeito e sociedade, evita reducionismos biologizantes ou individualizantes, integra dimensões subjetivas, relacionais e estruturais e oferece ferramentas para compreensão dos contextos de crise e vulnerabilidade. Esses mesmos pressupostos estão presentes na epistemologia psicodramática, na visão da interseccionalidade,

no pensamento complexo. Essa posição epistemológica contribui sobremaneira para a melhor compreensão do tempo atual, pleno de inquietações relacionais, oferecendo propostas que promovem aprendizagens compartilhadas, alicerçadas na democracia do saber — aquela que se constrói com as pessoas, e não sobre elas.

A INTERSECCIONALIDADE

Vários autores têm apresentado a interseccionalidade com diferentes concepções: desde uma epistemologia (Silva, 2020), um método para análise das condições de uma práxis social (Mafra & Hoffmann, 2025), um conceito transversal que fundamenta decisões de defesa de vulneráveis (Crenshaw, 2002), uma compreensão filosófica e histórica para o reconhecimento da teoria feminista (Crenshaw, 2002; Osorio Cabrera et al., 2025) até uma perspectiva crítica para a composição do campo jurídico (Bomfim et al., 2019; Robles, 2025).

Para o propósito deste texto, considera-se a interseccionalidade como uma epistemologia, um marco teórico que integra perspectivas de diferentes eixos de conhecimento e de poder: raça, etnia, gênero e classe social, que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. Compreende-se essa base como um espaço comum para se pensar uma pessoa em relação aos seus demais, jogando um jogo relacional em todo o seu entorno. De modo similar, pode-se pensar na referência ao contexto de que fala Esteves de Vasconcellos (2025), à conversação, que é intersubjetiva (McNamee et al., 2024), ou no cenário — no dizer de Moreno (2020), o campo da relação entre pessoas.

Considera-se ainda uma epistemologia, porque oferece um construto sólido para se compreender e analisar como ocorre a relação entre pessoas com diferentes histórias, produzidas em diferentes contextos, mas que poderiam ser vistas como iguais em sua essência, e consideradas e tratadas de modos diversos, denotando uma diferença de valor humano na realidade social e/ou comunitária. Cabe trazer para esse ponto das considerações as diferentes verbalizações e construções narrativas que caracterizam o construto teórico e metodológico do construcionismo social (McNamee et al., 2024) e que também participam da construção dessas discriminações com base no conteúdo e na forma como se fala. Essas diferenças estabelecem grandes distâncias de valoração — umas valem mais que outras, ou têm mais poder que outras. Nesse sentido, a interseccionalidade, ao se dispor a criticar essa grande tabulação de valores entre as populações e interferir nela, aproxima-se da perspectiva moreniana (Moreno, 2020) do ser cósmico, que se constitui em amparo de igualdade e proximidade entre seres humanos.

A interseccionalidade compreende que o pertencimento a um gênero/etnia, raça/classe social diferencia o indivíduo em suas relações sociais e em sua inserção social. Em tempos atuais, nos quais as vulnerabilidades estão mais esgarçadas, ver um problema sob a ótica da interseccionalidade promove percepções que podem alterar decisões relativas à garantia de direitos humanos às populações sabidamente discriminadas/subjugadas/dominadas/não reconhecidas. Essa postura epistemológica amplia a resposta de não discriminação de uma pessoa por seu pertencimento a determinada raça, etnia ou nacionalidade. Reconhece-se que os diferentes gêneros sofrem reações discriminativas provenientes dessas categorias, mas acredita-se que esses efeitos são sentidos diferentemente, e com mais rigor pelas mulheres, negros, pardos e populações excluídas (Collins, 2024; Crenshaw, 2002).

A interseccionalidade visa identificar um problema captando suas nuances, que se escondem no jogo relacional dinâmico, processual e contínuo. Esse conceito tem valor especial para a criação e aplicação de políticas públicas. A percepção da interseccionalidade como uma categoria transversal à análise das relações humanas permite a interrupção da subordinação que a própria categoria aponta, identificando os direitos humanos rompidos, porque a intersecção é invisível (Crenshaw, 2002). A interseccionalidade é vista essencialmente no jogo relacional; não é nem abstrata nem etérea, mas apresenta-se com concretude por meio dos jogos relacionais decorrentes do pertencimento a essas categorias. Como método de pesquisa, a interseccionalidade tem sido vista como ferramenta epistemológica e metodológica para ressaltar o conhecimento mais apurado sobre os vários tipos de discriminação e impedimento do gozo de direitos das minorias, de mulheres, de negros, de pessoas pertencentes às classes sociais menos privilegiadas (Bomfim et al., 2019; Robles, 2025; Silva, 2020; Táboas, 2021).

Mais recentemente, a interseccionalidade tem sido associada a questões de saúde em face de discriminações sociais e dificuldades de acesso de determinadas populações a esse contexto. Diferenças e distanciamentos culturais e sociais podem ser acrescentados nessas dificuldades, em associação com um olhar sobre a interseccionalidade. As mulheres têm sido apontadas em estudos, assim como outras populações, no que tange a discriminações/rejeições em relação à obtenção de direitos primários. Um exemplo bem atual é o da população transexual, cujo atendimento médico/psicológico se mostra como um avanço e um dilema (Ferrufino et al., 2019; Santos & Kind, 2020). Em contrapartida, Collins (2024) volta-se para o estudo da interseção entre violência e vitimização e os agrupamentos sociais, como mulheres, pessoas negras, população de rua etc. Esses grupos apresentam maior vulnerabilidade para a vitimização dos vários tipos de violência, sendo ponto focal de reprodução dos atos violentos.

Os elementos do psicodrama podem funcionar como um método de avaliação e intervenção tanto para uma clientela pertencente àquelas categorias já ressaltadas pela interseccionalidade quanto para as equipes profissionais. O cenário psicodramático e o desempenho de papéis (Moreno, 2020) oferecem as condições para um melhor conhecimento de como se apresenta a interseccionalidade no lócus social. Igualmente, significar histórias narradas, na perspectiva do construcionismo social, contribui para diminuir as diferenças enfatizadas pela interseccionalidade. Como ferramenta, conceito, teoria, ou marcador de análise, considera-se a interseccionalidade como um paradigma na mudança de percepção das causas sociais e psicológicas, ao situar os fenômenos humanos como relacionais, e estes como o centro da produção do conhecimento.

O CONSTRUCIONISMO SOCIAL

O construcionismo social é uma perspectiva mais filosófica que teórica que emergiu nas ciências humanas e sociais nas décadas de 1960 e 1970, ganhando maior sistematização nos anos 1980. Essa perspectiva surgiu como crítica às concepções positivistas e individualistas do conhecimento, que entendiam a realidade como algo objetivo, universal e independente da linguagem e das relações humanas. O construcionismo social, nessa concepção, encontra similaridade com outros movimentos teóricos que tiveram divulgação no fim do século XX e início do século XXI, como questões de gênero, raça e classe social (McNamee et al., 2024).

O construcionismo social representa uma mudança paradigmática na psicologia ao deslocar o foco do indivíduo isolado para as relações, as práticas discursivas e as narrativas alternativas. Na psicoterapia, essa perspectiva transforma o *setting* clínico em um espaço ético e dialógico de coautoria, em que terapeuta e cliente constroem juntos novas formas de compreender o sofrimento e de viver a experiência humana. Essa abordagem propõe que a realidade social não é simplesmente descoberta, mas construída nas interações humanas, por meio da linguagem, da cultura e das práticas sociais. Ou seja, os significados que atribuímos ao mundo, às emoções, às identidades e aos problemas psicológicos são produtos históricos e relacionais (McNamee et al., 2024).

O psicólogo social Kenneth J. Gergen é considerado um dos principais formuladores do construcionismo social na psicologia. Em seu artigo clássico “Social psychology as history”, o autor questiona a ideia de leis universais do comportamento humano, argumentando que o conhecimento psicológico é historicamente situado, e a verdade não é uma representação fiel da realidade, mas um acordo relacional (Gergen, 1973). O conhecimento emerge no diálogo e nas práticas discursivas. Então, emoções, transtornos e identidades não são entidades naturais fixas, mas construções que variam conforme o contexto cultural, e o sofrimento é compreendido em contextos culturais, familiares e históricos. O contexto terapêutico é um espaço de diálogo no qual histórias são contadas, reformuladas e ressignificadas (Marra, 2015; 2020).

Enquanto a teoria dos sistemas observa como as partes se organizam em redes de interação, o construcionismo social explica como os sentidos e as realidades são construídos nessas interações. O diálogo ocupa lugar central. As práticas decorrentes das influências das abordagens dialógicas valorizam a polifonia, a curiosidade e a postura de não saber do profissional, que se coloca como participante do sistema e coautor dos processos de mudança. Essas práticas podem apresentar-se como

sustentação do pensamento sistêmico e do construcionismo social, propondo uma clínica ampliada, ética e contextualizada, na qual o profissional atua como coautor dos processos de mudança e como participante ativo na construção de possibilidades mais plurais e emancipadoras. As práticas discursivas e narrativas concentram-se nas histórias que as pessoas constroem sobre si mesmas, em suas relações e seus problemas. Histórias dominantes, frequentemente sustentadas por discursos sociais hegemônicos, podem restringir a percepção de possibilidades e reforçar posições de sofrimento (Gergen, 1973; 2016).

Em termos epistemológicos, essa abordagem caminha na direção de perceber a realidade sendo construída nas interações sociais e mediada pela linguagem. O conhecimento deixa de ser visto como representação objetiva do mundo e passa a ser compreendido como situado, histórico e atravessado por relações de poder. A linguagem não apenas descreve a realidade, mas a produz, abrindo ou restringindo possibilidades de ação. O psicodrama, ao privilegiar a ação, o corpo e a dramatização, amplia essa noção de linguagem para além do discurso verbal, incorporando *performances*, papéis sociais e cenas que materializam narrativas dominantes e contranarrativas possíveis.

O sociodrama dialógico

A cena psicodramática torna-se um espaço de produção de sentidos, em que outras histórias podem ser ensaiadas e outras posições subjetivas podem emergir. É sobretudo no sociodrama dialógico que os significados e sentidos dessas histórias tornam essa aproximação mais evidente. O sociodrama dialógico (Marra, 2023) é uma prática transformadora, uma intervenção aplicada a grupos e famílias que buscam articular marcos históricos e conceituais de suas vidas. Essa abordagem permite que, por meio da ação e da conversação criativa, as pessoas reconheçam suas virtudes e fortaleçam práticas éticas e políticas.

Mais do que um método terapêutico, o sociodrama dialógico configura-se como uma proposta ético-política de compreensão do sujeito em relação, da ação e conversação como produtora de sentidos e do grupo como espaço privilegiado de produção de subjetividades. Ao se tornarem mais conscientes de seus papéis sociais, os sujeitos recuperam sua condição autêntica de seres humanos no enfrentamento de seus desafios. Isso se dá por meio da vivência de emoções, percepções e estados de espontaneidade (Fleury et al., 2015), abrindo caminhos para transformações individuais e coletivas em diversos contextos.

É nessa interconexão psicodrama/construcionismo social que o sociodrama dialógico encontra sua maior potência integradora. Ao articular conversação, ação dramática e reflexão coletiva, essa abordagem reúne contribuições do pensamento sistêmico, do construcionismo social e do psicodrama, em uma mesma proposta teórica, epistemológica e metodológica. A conversação amplia a compreensão das múltiplas narrativas presentes no grupo, e a dramatização permite corporificar essas narrativas, tornando visíveis aspectos relacionais, muitas vezes inacessíveis apenas pela linguagem verbal, e a reflexão compartilhada possibilita que novos sentidos sejam construídos coletivamente.

Em suma, o pensamento sistêmico, o construcionismo social e o psicodrama estão conectados ao introduzirem uma mudança paradigmática, ao compreender famílias, casais e grupos como sistemas abertos, compostos de padrões de interação, comunicação e organização que se mantêm e se transformam ao longo do tempo. Nessa perspectiva, compreendem-se os sintomas como produções relacionais e comunicacionais, e não como atributos individuais. A articulação entre pensamento sistêmico, construcionismo social e psicodrama, atravessada pela interseccionalidade, sustenta as práticas que privilegiam a escuta das múltiplas vozes, a problematização de discursos normativos e a construção conjunta de sentidos para as experiências vividas.

FINALIZANDO...

Este texto pretende servir como apoio teórico-reflexivo para profissionais e estudantes das ciências sociais e humanas, convidando-os a integrar teoria, prática e postura profissional ao longo de sua formação. As interações humanas, as subjetividades são exemplos da impossibilidade de que métodos lineares (causa e efeito) desvendem a amplidão desse universo (Benzaquen, 2012).

Sobre a evolução do pensamento científico, Santos (2008) aponta que a universidade só vai sobreviver, juntamente com a pesquisa nas ciências humanas, com a evolução da contribuição da solução de problemas sociais, ou seja, se as pesquisas acolherem o paradigma da complexidade que se apresenta hoje nas questões sociais, nas relações pessoais, nos níveis micro e macro. A universidade (e centros de formação profissional) tem papel privilegiado na investigação, no ensino e nas atividades de extensão, sendo esses elementos o tripé de sustentação da própria universidade. Santos (2008) questiona de que forma a sociedade pode usufruir o conhecimento que está sendo gerado, porque não há sentido as produções investigativas e/ou de ação social serem oferecidas se não para a própria sociedade se beneficiar de todo esse processo.

Pode-se observar ainda um dilema na universidade e centros profissionalizantes em se engajar no paradigma emergente e fazer frente às questões sociais ou pessoais da complexidade. A universidade tem a responsabilidade de oferecer profissionais para o campo social que prossigam no avanço da ciência, visando a soluções que sejam capazes de minorar as problemáticas atuais. Santos insiste na questão das práticas sociais que devem se servir do saber científico, mas que também sejam reconhecidas entre outras práticas (*apud* de la Rosa, 2020). Urge que a universidade, como centro de produção de conhecimento nas ciências humanas, seja atravessada por questionamentos que coloquem em xeque os pressupostos da racionalidade moderna, sobretudo no que se refere à fragmentação do saber, à neutralidade científica e à busca por verdades universais. Na psicologia e na educação, esses questionamentos tornam-se ainda mais relevantes, uma vez que os fenômenos investigados são intrinsecamente complexos, relacionais e situados historicamente.

O campo do trabalho biopsicossocial e da pesquisa em políticas públicas tem sido crescentemente interpelado pela necessidade de referenciais teóricos e metodológicos capazes de responder à complexidade dos fenômenos contemporâneos. O sofrimento psíquico, as desigualdades sociais e as experiências de vulnerabilização não se apresentam como realidades isoladas ou passíveis de explicações unidimensionais, mas como processos produzidos na intersecção entre relações sociais, discursos, práticas institucionais, marcadores sociais da diferença e contextos históricos específicos. Nesse cenário, a articulação entre psicodrama, pensamento sistêmico, construcionismo social e interseccionalidade constitui uma aposta epistemológica e ética que desloca o olhar da causalidade linear para a compreensão relacional, situada e política da experiência humana, produzindo efeitos diretos sobre os modos de pesquisar e intervir. A ética é vista como uma responsabilidade relacional (McNamee et al., 2024).

Os pontos de convergência entre esses aspectos paradigmáticos (psicodrama, perspectiva sistêmica, interseccionalidade, construcionismo social) são o abandono da compreensão do sujeito como uma entidade isolada. Ao serem considerados como epistemologias, eles reconhecem que a experiência humana somente pode ser compreendida nas relações que os sujeitos estabelecem com seus contextos familiares, comunitários, culturais, históricos e políticos.

No psicodrama, desloca-se o foco do indivíduo para os papéis, para o encontro e para as redes de relações, compreendendo que o sujeito se constitui na interação com os outros. A perspectiva sistêmica coaduna-se com esse entendimento ao demonstrar que comportamentos, sintomas e formas de sofrimento emergem de padrões relacionais e não podem ser explicados apenas por características individuais. O construcionismo social, por sua vez, evidencia que esses padrões são permanentemente produzidos e transformados pelas práticas discursivas, pela linguagem e pelos processos de construção compartilhada de significados.

A interseccionalidade acrescenta uma dimensão fundamental a esse diálogo ao demonstrar que as relações humanas são atravessadas por estruturas históricas de poder que organizam de maneira desigual as oportunidades, os reconhecimentos e as formas de participação social. Assim, gênero, raça, classe, etnia, geração e outras categorias sociais não constituem apenas características dos indivíduos, mas posições relacionais produzidas em contextos marcados por desigualdades e assimetrias. Assim, o contexto deixa de representar apenas o cenário em que os fenômenos acontecem para tornar-se parte constitutiva da própria experiência humana. As relações são caracterizadas por discursos, instituições, condições materiais de existência e processos históricos que influenciam tanto a produção do sofrimento quanto as possibilidades de transformação.

De todo modo, é importante reconhecer os limites deste texto. Trata-se de uma construção de caráter teórico-reflexivo que não pretende esgotar as discussões sobre os referenciados, tampouco apresentar modelos metodológicos já prontos para aplicação. As aproximações aqui propostas se configuram como um exercício de diálogo entre diferentes campos teóricos, o que, embora amplie possibilidades interpretativas, também implica a necessidade de aprofundamentos empíricos e metodológicos em pesquisas futuras.

Apesar desses limites, o potencial dessas abordagens se evidencia especialmente quando consideradas em diálogo com práticas sociais e coletivas, como aquelas desenvolvidas no âmbito dos movimentos sociais. Ao valorizar a dimensão relacional, a escuta das experiências situadas e o reconhecimento das desigualdades estruturais, esses referenciais podem contribuir para processos de fortalecimento coletivo, produção de narrativas compartilhadas e construção de estratégias de ação que considerem a diversidade de experiências e posições sociais.

Assim, mais do que oferecer respostas definitivas, este texto pretende abrir caminhos para a articulação entre reflexão teórica, produção de conhecimento e práticas sociais comprometidas com a transformação das realidades vividas. Nesse movimento, reafirma-se a importância de abordagens que reconheçam a complexidade das relações humanas e que favoreçam a construção de práticas de pesquisa e intervenção social mais dialógicas, críticas e socialmente comprometidas.

CONFLITO DE INTERESSES

Nada a declarar.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Todos os dados foram gerados e apresentados no artigo.

CONTRIBUIÇÕES DAS AUTORAS

Conceitualização: Costa LF, Marra MM; **Metodologia:** Costa LF, Marra MM; **Análise formal:** Costa LF, Marra MM; **Investigação:** Costa LF, Marra MM; **Aprovação final:** Costa LF.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

DECLARAÇÃO SOBRE O USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Não houve uso de Inteligência Artificial.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

REFERÊNCIAS

Alves, M. C., & Seminotti, N. (2006). O pequeno grupo e o paradigma da complexidade em Edgar Morin. *Psicologia USP*, 17(2), 113-133. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642006000200006>

- Benzaquen, J. (2012). A universidade popular dos movimentos sociais: entrevista com o Prof. Boaventura de Sousa Santos. *Educação & Sociedade*, 33(120), 917-927. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300014>
- Bomfim, R., Rocha, M. S. L., & Bahia, A. G. M. F. (2019). Pesquisa-ação como metodologia e interseccionalidade(s) como método-praxis: rupturas dentro dos paradigmas da ciência moderna que criam espaços de construções dialógicas dentro do campo jurídico. *Revista de Direito da Faculdade Guanambi*, 6(2), e269. <https://doi.org/10.29293/rdfig.v6i02.269>
- Carvalho, L. R., Santos, M. S., Fernandes, S. P., & Valadares, J. R. A. (2025). Relato de experiência: intervenções psicossociais com crianças em situação de vulnerabilidade social. *Revista Foco*, 18(11), e10239. <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n11-051>
- Collins, P. H. (2024). Intersecções letais: raça, gênero, violência. *Ciências Sociais em Revista*, 60(1), 10-22. <https://doi.org/10.34024/csr.2024.60.1.18916>
- Costa, L. F., Wolff, L. S., Tavares, A. S., Nogueira, R. N., & Marra, M. M. (2020). Treatment to adult perpetrators of intrafamilial sexual abuse in Brazil: psychodrama as strategy. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 28(1), 5-15. <https://doi.org/10.15329/2318-0498.19163>
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- de la Rosa, T. (2020). Reseña de Santos (2020) La cruel pedagogia del virus. *Athena Digital*, 22(3), e3129. <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.3129>
- Ferrufino, A. H., Miranda, V. L., Jara, R. M., Yates, G. M., & Silva, C. R. (2019). Transaccionalismo, interseccionalidad feminista y método narrativo: aportes para la investigación en terapia ocupacional y ciencia ocupacional. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*, 3(1), 150-161. <https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto17010>
- Fleury, H. J., Marra, M. M., & Knobel, A. M. (2015). Social psychotherapy in Brazil. *International Journal of Group Psychotherapy*, 65(4), 627-635. <https://doi.org/10.1521/ijgp.2015.65.4.627>
- Gergen, K. J. (1973). Social psychology as history. *Journal of Personality and Social Psychology*, 26(2), 309-320. <https://doi.org/10.1037/h0034436>
- Gergen, K. J. (2016). Rumo a uma ética relacional para a prática terapêutica. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 25(56), 11-21. Recuperado de <https://revistanps.com.br/nps/article/view/237>
- Machado, M. J., & Chaves, U. H. (2016). Gregory Bateson e o construtivismo. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 25(54), 29-44. Recuperado de <https://revistanps.emnuvens.com.br/nps/article/view/101>
- Mafra, C. K., & Hoffmann, R. H. (2025). O papel da interseccionalidade na compreensão da deficiência: gênero, raça e classe como camadas de exclusão. *Revista de Direitos Humanos do LACEDH*, 3(2), 65-82. <https://doi.org/10.29327/2771055.3.2-6>
- Marra, M. M. (2015). El construccionismo social como abordaje teorico para la comprensión del abuso sexual. *Revista de Psicologia PUC Peru*, 32(2), 219-242. <https://doi.org/10.18800/psico.201402.002>
- Marra, M. M. (2020). Vigilant care: constructive dialogues and relational responsibility in violent contexts. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 28(3), 212-223. <https://doi.org/10.15329/2318-0498.21131>
- Marra, M. M. (2023). Sociodrama dialógico: um estudo preliminar? Um ensaio teórico? *Revista Brasileira de Psicodrama*, 31, e2123. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v30.637>
- McNamee, S., Raser, E. F., & Martins, P. (2024). *Praticando a terapia como construção social*. Instituto NOOS.
- Moreno, J. L. (2020). *Sociometria: método de experiência e a ciência da sociedade*. Febrap.
- Oliveira, M. O., & Charreu, L. A. (2016). Contribuições da perspectiva metodológica “investigação baseada nas artes” e da a/r/tografia para as pesquisas em educação. *Educação em Revista*, 32(1), 365-382. <https://doi.org/10.1590/0102-4698140547>
- Osorio Cabrera, M. D., Barreto Bisio, L., Hernández López, E., Guerra Pereira, N., & Rodríguez Ferreyra, A. (2025). Revisitar nuestros marcos de inteligibilidad: articulaciones entre la Psicología Social Comunitaria, las Epistemologías Feministas y el pensamiento decolonial. *Interamerican Journal of Psychology*, 59(1), e2323. [https://doi.org/10.30849/ripijp.v59\(2025\).e2323](https://doi.org/10.30849/ripijp.v59(2025).e2323)

- Rapizo, R. L. (2024). Desafios atuais na implementação de ações práticas: A violência sexual contra crianças e adolescentes. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 33(79), 106-109. Recuperado de <https://revistanps.com.br/nps/article/view/841/593>
- Robles, G. K. (2025). Gênero e política externa brasileira: a presença da interseccionalidade nos atos internacionais. *Revista Monções*, 14(28), 57-92. <https://doi.org/10.30612/mones.v14i28.19638>
- Santos, B. S. (2008). Epistemologias do Sul. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 5-10. Recuperado de <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/80/RCCS80-002-Introducao-005-010.pdf>
- Santos, L. A., & Kind, L. (2020). Integralidade, intersetorialidade e cuidado em saúde: caminhos para se enfrentar o suicídio. *Interface*, 24, e190116. <https://doi.org/10.1590/Interface.190116>
- Seikkula, J., & Trimble, D. (2005). Healing elements of therapeutic conversation: dialogue as an embodiment of love. *Family Process*, 44(4), 461-475. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2005.00072.x>
- Silva, A. A. (2020). Do epistemicídio a epistemologias do aparecimento: mulheres negras no sistema de justiça e nas ciências criminais. *Boletim IBCCRIM*, 28(328), 16-19. Recuperado de https://www.publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim_1993/article/view/786/175
- Táboas, I. D. M. Z. (2021). Apontamentos materialistas à interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, 29(1), e7672. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n176725>
- Vasconcellos, M. J. E. (2025). *Metodologia de atendimentos sistêmico: Design de práticas colaborativas novo-paradigmáticas*. Appris.